

## Leitura e literatura no Brasil Colônia: esquecimentos e apagamentos dos séculos XVI ao XVIII

---

### *Readership and Literature in Colonial Brazil: Forgetting and Erasing from the 16<sup>th</sup> to the 18<sup>th</sup> Century*

Leni Ribeiro Leite\*  
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

210

---

**RESUMO:** Trata o presente artigo de uma reflexão acerca dos limites do que se estuda sob a denominação *literatura brasileira colonial*, e os possíveis erros cometidos pela crítica acerca deste período da produção literária brasileira. A partir dos conceitos da Análise do Discurso Francesa e da História Cultural de Chartier, propomos uma ampliação dos limites do rótulo, para incluir também obras escritas em outras línguas, e uma reavaliação das interrelações entre obras escritas no período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura Brasileira colonial. Campo literário brasileiro. Literatura Latina seiscentista.

**ABSTRACT:** This paper brings to light a reflexion upon the limits of what is studied under the denomination *Brazilian Colonial Literature*, and on the possible mistakes made by scholars on that period in regards to the literary output of those times. Based on concepts taken from French Discourse Analysis and Cultural History by Chartier, we propose a widening of the limits of the tag, to include works written in languages other than Portuguese, and a reevaluation of the relations established between works written within the period.

---

\* Doutora em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

**KEYWORDS:** Colonial Brazilian Literature. Brazilian Literary Field. Latin Literature of the 16<sup>th</sup> Century.

Uma pesquisa a propósito da Língua Latina e de sua sobrevivência e pujança para além das fronteiras da Antiguidade: este foi o inesperado ponto de partida de uma reflexão sobre a chamada Literatura Colonial Brasileira. Por mais distantes que pareçam a língua dos Césares e as ruas de Salvador do século XVII, como pretendemos demonstrar neste artigo, há muito que os une, e ambos podem nos levar a frutíferos caminhos interdisciplinares dentro do campo das Línguas e Letras.

O latim, como língua de uso cotidiano, não morreu com o Império Romano do Ocidente: adotada como língua principal do cristianismo ocidental, o idioma vingou também como veículo de comunicação entre os povos, língua da ciência e da política até ao menos o século XVII<sup>1</sup>. A formação dos Estados Nacionais e os ideais de nacionalismo foram aos poucos minando esta hegemonia, mas o latim é de fato a língua que morreu e por isso nunca morreu; deixou de ter falantes nativos há mais de mil anos mas não deixou de ser usada na comunicação entre pessoas nos últimos dois mil e quinhentos anos. Um caso único de vida em morte, sem dúvida era um dos idiomas usados pra se falar do Brasil e no Brasil durante os seus primeiros duzentos ou trezentos anos de vida. Em nossas pesquisas, deparamo-nos com uma massa de textos escritos em latim no Brasil e sobre o Brasil - um continente inexplorado que, assim como muitas outras obras do mesmo período, está esquecido nas bibliotecas, pois pouco se estuda o latim pós-clássico, frente aos estudos do latim clássico. Mas pouco também se estuda o que foi produzido no Brasil em seus primeiros séculos, mesmo em língua portuguesa, frente à enorme quantidade de pesquisas e publicações sobre a literatura brasileira do XIX em diante.

---

<sup>1</sup> Sobre este tema, cf. Verbaal, Maes e Papy (2007); Tournoy e Tunberg (1996); e a importante defesa de Engelsing (2014).

Esta constatação nos levou a indagações. Mas afinal, o que é a literatura brasileira, e como se dá a sua divisão? Por que tão pouca visibilidade dada à produção dos séculos XVI e XVII, seja em português, seja em outros idiomas? Quem marca o que se inclui ou não, como ela se divide cronologicamente? Esta questão está posta explicitamente desde o século XIX, a partir de Francisco Adolfo de Varnhagen, e se estendeu por todo o século XX, chegando ao presente ainda irresolvida - talvez porque irresolvível. A questão é multifacetada; se apresenta, primeiro, como uma interrogação mais ampla sobre o que se entende por literatura, como fazer e prática, e como teoria e gêneros. Quando ligada ainda a um adjetivo, brasileira, a questão se complexifica: ora se põe em termos cronológicos - a partir de quando se pode falar de uma literatura brasileira? A partir da chegada dos portugueses? Da independência? Da república? -; ora em termos geográficos - é esta literatura a produzida nos limites geográficos nacionais? por pessoas nascidas no Brasil? - ora mesmo em termos de uma delimitação de outra natureza: pela língua, pelo tema abordado. As diferentes formas de estabelecer estas fronteiras - que, como outras fronteiras, são sempre criações, sempre fluidas, sempre em diálogo e em disputa - se realizam em diversas listas de incluídos e de *outsiders*, muitas vezes eles mesmos as razões para mudanças no arrazoado oferecido para sustentar escolhas (pode Gregório de Matos ser excluído? Tomas António Gonzaga? Clarice Lispector?).

Voltamos os olhos ao período que vai de 1500 a 1750, para manter um marco temporal já significativo para os estudos de literatura brasileira, que costumam começar nesta última data. O objetivo não é reivindicar para este ou aquele período ou autor um pertencimento a um dado cânone da literatura brasileira - já não cremos em cânones que não sejam individuais ou específicos, e há muitas definições de literatura brasileira, nas quais essas obras vão ou não receber chancela - mas uma reflexão sobre a importância do conhecimento dessas obras e, principalmente, do *campo literário* do Brasil colonial: quem eram seus atores, como se dava este processo de produção de textos que, ao

menos para os homens e mulheres daquele período, deveriam ser rotulados de literatura; e uma reflexão acerca das razões para a negação daquele período, de sua exclusão, de seu apagamento, e da recuperação particular de alguns poucos nomes específicos. A que interesses servem tanto a inclusão como a exclusão de obras e autores do prestigioso rótulo Literatura Brasileira? Como entre os romanos antigos, vale a pena perguntar: *cui bono*?

Tomando como matriz os debates pertencentes à História Cultural do século XX, e a partir de uma posição que talvez se pudesse chamar chartieriana, entendemos a literatura como uma prática social, e portanto, como outras práticas sociais, construída, pensada e dada a ler de um modo específico, que se pode apreender (CHARTIER, 2002, p.16-18). A literatura é, ainda a partir de Chartier, um esquema intelectual incorporado, que participa da criação das figuras graças às quais o presente e o passado adquirem sentido, conforme os interesses dos grupos que a forjam. Daí que seja essencial sempre levar em conta o necessário relacionamento dos discursos veiculados pela literatura com a posição de quem os utiliza. Ou seja, inegavelmente, a literatura produz estratégias e práticas sociais, em um campo de concorrência com outras estratégias e práticas sociais; e mais, os discursos que são feitos sobre a literatura, são também parte das lutas de representação, que têm tanta importância na construção das realidades do presente quanto quaisquer outras. Isso significa dizer que me oponho a outras correntes teóricas dos estudos literários que veem a literatura, o texto literário e seus produtores quase à parte da sociedade; aquelas que põem no centro do seu fazer a experiência estética como algo individual e irreproduzível; que consideram o autor como alguém especial ou “pessoa à frente de seu tempo”.

Logo, não nos interessam as teorias em que a posição central é ocupada pelo autor e que não se sustentam sem um minucioso olhar sobre quem é o autor, nem aquelas que tratam o texto como ser de existência superior, desconsiderando a materialidade do texto literário. Por fim, interessa-nos observar que os limites da literatura, ou que tipos de textos cabem sob o rótulo

literatura, mudou muito no decorrer do tempo e através do espaço. Na literatura antiga, por exemplo, lê-se, para além do que hoje seria publicado no formato de códice-livro, uma série de outros tipos de texto: cartas pessoais, inscrições em paredes, tratados e manuais sobre os mais diversos assuntos, anedotas, discursos políticos, e mais um sem fim de coisas que estão para além do que alguns estudiosos de literatura incluem em seu cabedal. As razões para tal são muitas e bem estudadas: as questões de prestígio, limites, formação de cânone; algo desse discurso também tem sido desconstruído desde então, com a entrada, por exemplo, das letras de música e do grafite dentro do que se pode estudar como literatura. Mas o fato é que, abonados ou não pela Academia, esses diversos tipos de escrito dialogam entre si no mundo real. Há sem dúvida teorias diversas para diversos objetos, o que é legítimo; mas interessa a unidade dos fenômenos que hoje chamamos literatura, sem pretender imutabilidade de conceito. Pois, se há algo nesses conjuntos de fenômenos que nos faz rotulá-los todos sob o mesmo termo, deve então haver uma teoria que os ilumine também no conjunto.

Se atentamos para a literatura como um fenômeno discursivo historicamente determinado, importam à questão do que é literatura reflexões feitas, a partir do século XX, pela Análise do Discurso Francesa, se é que se pode assim chamar, à revelia de alguns de seus expoentes, o conjunto de pesquisas sobre o discurso realizadas na França a partir dos mesmos anos 80 que viram a consolidação do pensamento de Bourdieu e Chartier nas Ciências Sociais. Na mesma direção destes, autores como Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau se apropriaram de conceitos da Linguística, mas também da História Cultural e da Psicanálise, e desenvolveram teorias e metodologias que observam o texto em seu contexto; ou antes, que mostram que não há uma separação entre texto e contexto, ou um espelhamento qualquer. Como fenômeno social, o texto *forma* seu contexto, ao mesmo tempo em que é determinado por ele, pelas estruturas extratextuais que tornam a sua própria emergência possível (MAINGUENEAU, 2001). Um conceito usado por estes teóricos e que nos importa sobremaneira é o de *campo literário*, como o denominou Bourdieu (1996), isto é, o conjunto de

elementos presentes em uma sociedade que, em relação dinâmica, promovem a produção, distribuição e recepção da literatura. Por trás deste conceito, repousa a hipótese de que a compreensão da obra literária só é possível através do mapeamento das mediações interpostas dentre os elementos da tríade: autor, obra e público (MAINGUENEAU, 2006). São esses espaços de produção de literatura, o campo, que definem quais e como as obras são produzidas; são os atores do campo que negociam e disputam suas definições de literatura; é nas relações com tudo o que está presente no campo que as obras existem. As mudanças no campo determinam inclusive o destino de obras e autores: nem autores como entidades isoladas, geniais, responsáveis pela produção de suas obras, nem obras isoladas no vácuo existencial, independentes de tudo e todos.

Em sua extremamente influente obra, *Formação da literatura brasileira*, publicada em 1959, Antonio Candido se propõe a estudar “a formação da literatura brasileira como síntese de tendências universalistas e particularistas” (CANDIDO, 1981, p. 23). Para tanto, ele afirma que há que se separar as chamadas “manifestações literárias” da “literatura propriamente dita”. A literatura propriamente dita só existe quando há “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase”. Os denominadores comuns podem ser vários: uso da língua e de certos temas e imagens, elementos de natureza social e psíquica, entre outros, que criam um sistema simbólico através do qual “as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade”. Só dessa forma é que se institui o que ele considera a tradição literária, essencial para que haja a tal “literatura propriamente dita”. Se não há esta tradição, não há literatura. Por isso, o autor marca o início da formação da literatura brasileira em 1750, data dos primeiros poemas de Cláudio Manuel da Costa. Como exemplo de manifestações, ficam o teatro e os versos do padre José de Anchieta (ou seja, ainda há outras questões não debatidas e dadas como certas, na exclusão, nesse caso das cartas e outros textos em prosa de Anchieta), a Academia Brasílica dos Esquecidos (Bahia, 1724-1725), a Academia dos Felizes (Rio de Janeiro, 1736-

1740), a obra do padre Antônio Vieira e a de Gregório de Matos. Nas palavras do próprio Candido:

[...] embora tenha permanecido na tradição local da Bahia, ele [Gregório de Matos] não existiu literariamente (em perspectiva histórica) até o Romantismo, quando foi redescoberto, sobretudo graças a Varnhagen; e só depois de 1882 e da edição Vale Cabral pôde ser devidamente avaliado. Antes disso, não influenciou, **não contribuiu para formar o nosso sistema literário** (CANDIDO, 1981, p. 24, grifo nosso).

Percebe-se que Candido tem uma proposta clara do que é, para ele, literatura, e do que deve ou não entrar na literatura: entra na literatura aquilo que contribui para *formar o sistema*, e é literatura aquilo que *pertence ao sistema*, por aceitação e reforço do próprio sistema, que é literário, mas social, porque, para Candido, o social é parte da urdidura da obra e, portanto, interno ao sistema. Em *Iniciação à Literatura Brasileira*, redigido em 1987 e publicado em 1996, Candido reafirma seus pressupostos, e divide a matéria em três partes: a primeira, *Manifestações literárias*, cita José de Anchieta, Bento Teixeira, Vieira, Gregório e alguns outros autores, mas sempre marcando que:

É preciso não encará-la com espírito de compêndio ou manual, isto é, como se as listas de nomes, obras e temas, postos em sucessão no espaço da página, significassem a existência de uma verdadeira vida literária, que só ocorrerá a partir do século XVIII, quando se esboça uma “República das Letras”. Nos séculos XVI e XVII o que havia eram autores ocasionais, ou circunscritos à sua região, produzindo obras que na maioria absoluta não foram impressas, inclusive porque o Brasil só teve licença para possuir tipografias depois de 1808. Algumas dessas produções foram editadas em Portugal, mas outras de grande importância conheceram apenas a difusão oral ou manuscrita, atingindo círculos restritos e só no século XIX chegaram ao livro (CANDIDO, 1999, p. 20).

Esta fala do autor diz bastante sobre seu projeto de literatura: ela depende da existência de uma “vida literária” e de uma “República das Letras”; os autores, se lidos em círculo restrito, não têm importância; e se não chegam ao livro, não são literatura de verdade. As partes seguintes da obra são “A configuração do sistema literário”, que vai da Academia dos Renascidos, de 1759, a 1870; e “O sistema literário consolidado”, que começa em fins do XIX, com Adolfo

Caminha, Inglês de Sousa e outros, e tem seu grande momento com Machado de Assis, segundo Candido, “talvez [...] o primeiro escritor que teve noção exata do processo literário brasileiro” (CANDIDO, 1999, p. 55).

Note-se que, ainda que em termos de pressupostos teóricos Antonio Candido tenha se afirmado de forma diferente de outros teóricos seus predecessores e contemporâneos, a divisão a que ele chega - e a escala de valores que impõe à literatura brasileira - praticamente reproduz a de José Veríssimo, na *História da Literatura Brasileira*, de 1916. Este, que afirma que em seu livro tratará de literatura, “neste livro sinônimo de boas ou belas letras, conforme a vernácula noção clássica”, também já afirmara que a literatura brasileira existira “desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política”. O capítulo II de sua obra já se chamava “Primeiras manifestações literárias”. Logo, Antonio Candido não propunha uma novidade; antes, justificava, sob nova forma, a antiga prática.

O lançamento da obra de Candido é contemporâneo à publicação de outro monumento essencial à crítica literária brasileira: *A literatura no Brasil*, sob direção e organização de Afrânio Coutinho, obra em quatro tomos, com mais de cinquenta colaboradores. A proposta de Coutinho é mais inclusiva, mas, caso não estivesse claro pelo conteúdo de *A literatura no Brasil*, o próprio autor esclarece sua discordância em relação ao posicionamento de Candido em obra lançada no ano seguinte, 1960, e intitulada *Conceito de literatura brasileira*. Para Afrânio Coutinho, o posicionamento de Candido, que divide a literatura brasileira em colonial-portuguesa e independente-brasileira seria a mesma aplicada ao Brasil pelos historiadores portugueses, isto é, uma perspectiva de colonizador, mas que não serviria aos interesses do Brasil. Para ele, a literatura que se produziu no Brasil começaria com a chegada dos primeiros europeus, e teria em Anchieta seu primeiro expoente.

Retomando algumas das observações feitas anteriormente: se o público de massa é condição para a existência da literatura, acaba-se por desqualificar

quase toda a literatura a que temos acesso da Antiguidade, do Medievo, da Renascença. Acabam-se a poesia provençal e o Trovadorismo ibérico, que sempre foram literatura para poucos. O que Coutinho observou em Candido foi o anacronismo, ou a imputação a um momento no tempo, a uma sociedade, características de outro tempo e de outra sociedade - em geral, aquela à qual pertence o crítico. O desconhecimento do *campo literário* no qual se formou e ao qual pertence uma obra leva o comentador a ler um fenômeno com categorias diferentes em mente, e portanto a fazer uma interpretação muito diversa daquela que guiou a criação da obra e sua recepção primeira.

Mas mesmo que observe o problema, Coutinho não deixa de se enredar nele, ainda que de outra forma. Como bem diseca Tenório Vieira (2016), apesar de declarar como superadas as teorias baseadas em Taine, Coutinho acaba por tentar recuperar posições ideológicas do século XIX, tais como o conceito de obnubilamento (VIEIRA, 2016, p. 387-389). Ao recuperar aquele arsenal teórico, Coutinho (1981, p. 42) atrasa em algumas décadas a tal formação da literatura, começando-a no Barroco, para dar conta dos dois principais autores sempre reivindicados de antes do Romantismo: Vieira e Gregório. Tanto ele como Candido, porém, não estão em busca da literatura brasileira, mas da sua *formação*; ambos também partem de um pressuposto que nos interessa discutir: de que é preciso delimitar *o mágico momento da ruptura*, em que a literatura brasileira é algo diferente da literatura da Europa, para que ela se afirme como existente.

A nossa crítica se aplica a esse afã de provar que a literatura brasileira existe porque diferente da portuguesa, em um quê interno inefável ou indizível. Mesmo ao determinar que o primeiro europeu que aqui pôs os pés já criava a literatura brasileira, Coutinho diz isso porque crê que o homem europeu aqui chegado sofre um processo de *quimificação*, que fica sujeito às vicissitudes do meio, que o altera sem ele mesmo perceber. Ou seja, ao chegar aqui, o homem europeu se modifica internamente e por isso cria uma literatura que é intrinsecamente diversa. Observe-se porém que não é este o tipo de divisão ou

discussão que se faz das literaturas europeias do mesmo período, ou mesmo posteriores. Como se separam as literaturas portuguesa, espanhola, italiana do mesmo período? Buscam-se nelas algo inefável que as definam, buscam-se nos autores os elementos que façam deles homens novos? Ou basta uma definição linguística, geográfica ou política, muitas vezes *a posteriori*?

O fato é que a crítica literária brasileira do século XX não parece ter conseguido se livrar da busca pela autonomia literária, um conceito romântico (VIEIRA, 2016, p. 392). Em outras palavras, ao pedir que autores do Pré-romantismo tenham, para provar sua brasilidade, uma postura romântica, de acentuar suas diferenças com a Metrópole, cai-se em anacronismo.

Haroldo de Campos (1989) já aponta esse anacronismo em Candido, ao analisar a ausência - ou “o sequestro”, como ele chama - do Barroco na *Formação da literatura brasileira*. O projeto de Campos é bem diverso: por meio de cortes sincrônicos, ressaltar a literatura de invenção, importando para ele a faceta estético-criativa da literatura. Haroldo toma Gregório como marco inicial da nascente literatura brasileira, uma vez que o baiano cumpre o que, para Haroldo de Campos, seria a marca da literatura brasileira: “aquela que transgredir a norma vigente e reoxigena a própria literatura que vinha sendo escrita em língua portuguesa” (VIEIRA, 2016, p. 398). Ou seja, para Haroldo, a literatura brasileira começa onde quer que haja *transgressão da norma vigente*; a busca continua sendo da marcação de alteridade sob um ponto de vista romântico, de “romper com barreiras” ou como quer que se queira definir o projeto romântico de suposta originalidade literária, e apesar das diferenças entre as escolas teóricas que se sucederam ao longo do século XX, o conceito de autonomia literária continua pesando sobre elas. O conceito de autonomia literária está intrinsecamente vinculado à questão da autonomia pátria, o que faz com que todos esses modos de ver e dividir a literatura brasileira tenham ainda outro pressuposto: o dos limites geográficos. Como nossa história da literatura se firmou no século XIX, se considera literatura nacional o que foi escrito por autor que nasceu no Brasil ou o que se produziu nos limites do solo

pátrio. A literatura nacional pode começar em Anchieta, Gregório de Matos ou na Academia dos Esquecidos, de acordo com a abordagem teórico-metodológica, mas importa que haja marcas textuais e formais que revelem a sua nacionalidade.

A questão principal porém é que as obras produzidas no Brasil no chamado período colonial não estavam sujeitas aos moldes românticos e nem se entendiam em um suposto sistema nacional ainda a ser criado: elas pertenciam ao sistema literário ou intelectual português, quiçá europeu, dentro do sistema de República das Letras. Ou seja, as “manifestações literárias” de Candido não são espasmos de brilhantismo isolados em uma mata fechada de ignorância: elas são obras literárias “propriamente ditas” que pertenciam e enriqueciam o sistema literário com o qual elas dialogam, mas que não é o que os críticos românticos e pós-românticos gostariam que fosse (VIEIRA, 2016, p.408). O diálogo desses textos se fazia com o mundo letrado europeu, com suas próprias regras, que não são as do Romantismo, e que, ao contrário, olham mais para o sistema educacional medieval do que para a literatura do século XIX ou XX; como diz João Adolfo Hansen, a propósito de Gregório de Matos - e nós estendemos o comentário a outros autores do período,

[...] [os] seus sistemas de representação, proponho-os como produtos de práticas contingentes que, em seu presente, emularam referências poéticas e retóricas de durações históricas heterogêneas, diacrônicas e sincrônicas, gregas, latinas, trovadorescas, petrarquistas, quinhentistas e seiscentistas (HANSEN, 2014, p. 92).

Isso significa, por exemplo, que os preceitos da Retórica e das *Artes dictamini* medievais ainda eram presentes e se faziam sentir; que a *emulação* e a *imitação*, expedientes artísticos centrais para o Renascimento, estavam no horizonte dos que liam e dos que escreviam nos séculos XVI, XVII e XVIII, da mesma maneira que um leitor hoje consegue reconhecer um texto como jornalístico, propagandístico ou poético: pela própria tessitura do texto, pela organização argumentativa, pela linguagem, pelas referências; pelo seu

suporte, pelo seu modo de veiculação; enfim, pela forma como aquele texto se apresenta dentro do campo literário. Hansen, ainda discutindo Gregório, ilustra os perigos dessa compreensão anacrônica de uma produção literária de outro período:

O primeiro compilador conhecido de poemas atribuídos a Gregório de Matos foi Manuel Pereira Rabelo [...] Não se sabe bem por que Rabelo fez a compilação. [...] Pode-se levantar a hipótese de que tentava consolidar um costume poético local. Crendo-se no que diz, tratava de defender a memória do poeta contra detratores. A hipótese é verossímil e pode ser reforçada pelo fato de o primeiro volume da compilação ser aberto pelo texto de gênero prosopográfico, *Vida do excelente poeta lírico, o doutor Gregório de Matos e Guerra*. O título parece estranho, pois desloca a coletânea do campo baixo da sátira, [...] para o campo da lírica que, na hierarquia então vigente dos gêneros, situava-se acima do cômico. Inventada com os lugares-comuns epidícticos de pessoa usados nos poemas compilados, a Vida funciona como protocolo de leitura deles. Não se pode ler a Vida sem precauções. **Recorrendo a lugares-comuns de pessoa do gênero do retrato encomiástico associado ao elogio**, Rabelo compõe um éthos e ações que caracterizam Gregório como homem infame e excelente poeta. [...] A biografia e a compilação de Rabelo permaneceram esquecidas até 1841, quando o Cônego Januário da Cunha Barbosa, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicou dois poemas jocosos da compilação. [...] **Barbosa era romântico, leu a ficção do retrato do personagem como documento da vida do homem empírico**. Na paráfrase, **elimina as categorias retórico-poéticas e teológico-políticas escolásticas** com que Rabelo compõe e interpreta ações, eventos e palavras da vida do personagem como signos da Providência. [...] Nesse momento, **o dispositivo retórico inicial de atribuição de autoria está totalmente eliminado**. **Os pressupostos retórico-poéticos e teológico-políticos dos procedimentos de Rabelo são esquecidos** e o conjunto dos manuscritos é definitivamente entendido como sendo da autoria de um homem protonacionalista, que neles expressa sua psicologia doentia. [...] Simultaneamente, a construção romântica do poeta por meio da psicologia do homem passa a determinar o juízo estético, privilegiando-se características expressivas, como **originalidade, inexistente nas práticas de representação da Bahia do século XVII** que, ordenadas por preceitos da mimesis aristotélica como emulação de autoridades dos gêneros, não conheciam a competição das obras no mercado dos bens culturais nem os direitos autorais da livre concorrência burguesa (HANSEN, 2014, p. 92-94, grifo nosso).

Com Hansen e também com Marcello Moreira, que em obra de 2011 sobre Gregório já apontava para este fato, afirmamos que o estudo de textos coloniais depende da compreensão histórica e filológica das categorias através dos quais

se organizam os discursos daquele tempo e lugar - uma verdade para qualquer tempo e espaço sobre o qual o pesquisador decida se debruçar, mas ignorada pelos que apenas tratam da literatura contemporânea, pois que essas categorias parecem naturais e dadas, quando, claro, não o são. Mas o pesquisador que observa o seu contemporâneo pode aplicar a ele as categorias do seu contemporâneo, enquanto aquele que se vira para o passado não pode fazê-lo, sob pena de cometer os erros que vimos até aqui. E deve levar em conta todos os elementos daquele campo literário: da produção, da circulação, da recepção, como diversos dos que o pesquisador conhece como “normais” ou naturais. Ainda segundo Hansen,

Quando lido segundo a particularidade histórica dos seus processos materiais, elimina-se a naturalidade com que rotineiramente é entendido como suporte neutro de um texto [...] evidenciando-se a existência de práticas simbólicas coloniais desconhecidas pela historiografia literária brasileira (HANSEN, 2014, p. 97).

São essas práticas simbólicas que desejamos trazer à tona, a partir da compreensão do campo literário colonial, parte integrante do campo europeu, à colônia trazido nas malas dos viajantes. Importa dizer, logo de início, que há muitas inverdades ditas sobre a situação do Brasil Colônia, e da Europa quinhentista, por estudiosos bem-intencionados porém interessados nos séculos posteriores, e que por isso dispensam pouca atenção ao período, e o legam a um grande saco de estereótipos. Assim, por exemplo, encontramos uma obra que, com o título *O livro e a leitura no Brasil* (EL FAR, 2015), separa apenas umas poucas páginas a “O livro na colônia” para dizer que

enquanto a Europa continuava a desenvolver técnicas de impressão, tendo em vista o objetivo de atingir um público leitor e consumidor cada vez mais vasto nos diferentes continentes, o Brasil, diante dos interditos estipulados pela metrópole portuguesa, salvo exceções, passava ao largo desse processo (EL FAR, 2015).

Ainda que reconheça que houve bibliotecas na Colônia, e que os espaços religiosos eram centros de cultura letrada, a autora passa logo ao que lhe

interessa, a chegada da família real, em 1808, e o mundo dos livreiros. Esquece porém a autora, e outros que como ela dispensam aos anos coloniais uma breve olhadela de pesar, que, naquela época, livro não é sinônimo de impresso, e letramento não é apenas leitura silenciosa e individual. Ao usar as categorias nossas contemporâneas para o escrito quinhentista e seiscentista, fica-se cego à riqueza literária do período. Como diz novamente Hansen,

A coroa portuguesa então proíbe a imprensa, mas a cultura do impresso existe. O livro é raro, caro e censurado, mas corre paralelamente à manuscritura. Os dois sistemas interferem um no outro de modos variados. Algumas vezes, os manuscritos imitam a letra impressa de livros cujos tipos já tinham imitado a letra de manuscritos, numa circularidade que, na Europa, é observável desde a invenção da imprensa (HANSEN, 2014, p. 98).

A ideia de publicação colonial é mais próxima da publicação da Antiguidade, quando não havia o impresso mas as obras eram ainda assim levadas a público, ou seja, publicadas, do que do sistema editorial corrente. Hoje, um texto é publicado quando impresso e vendido de forma pública; na Antiguidade e no Medievo, os manuscritos, uma vez recitados pelos seus autores, também estavam publicados (SALLES, 1994). Claro há as vicissitudes típicas deste tipo de publicação, como a perda ou modificação da marca autoral, a facilidade no acréscimo ou omissão de trechos, mas os manuscritos circulavam de mão em mão em círculos familiares, entre amigos que emprestavam seus exemplares para que novas cópias fossem feitas, entre ordens religiosas. Mas são outros conceitos de obra, outro conceito de publicação, que pertencem a um campo literário que se estende no espaço da Europa e das Américas (lembremo-nos das Repúblicas das Letras de Erasmo e outros, que uniam, ignorantes de fronteiras nacionais, os intelectuais da época através de cartas e obras), e que pressupõem formas de relação com o texto aprendidas ao mesmo tempo em latim e em língua vernácula, em geral nos bancos de escolas religiosas, ainda bastante devedoras da organização retórica medieval e renascentista. É neste mundo que devemos encontrar os textos brasileiros coloniais, o que quer que isso signifique.

Como sabemos, a educação na colônia era quase monopólio da Companhia de Jesus - como também era extremamente forte na Península Ibérica -, a partir de 1549, data que marca a chegada dos primeiros jesuítas e a criação do primeiro estabelecimento de ensino no Brasil. Ainda que tenha havido a presença de outros homens letrados, franciscanos, em sua maioria, essas presenças foram curtas e esporádicas. A presença jesuíta, em função da criação dos colégios, é mais estável, e portanto melhor observável. Num espaço de menos de dez anos, os jesuítas fundaram quatro centros de ensino: a primeira escola regular da Bahia (1551), as escolas de Piratininga (em São Paulo, 1554), a de São Vicente (São Paulo) e a do Espírito Santo (ambas em 1556)<sup>2</sup>. Neste período, certamente a personagem de maior destaque, e a única em geral citada em manuais de literatura brasileira, é José de Anchieta. Figura de fato notável, Anchieta esteve presente na fundação das duas maiores cidades brasileiras. Na Escola de Piratininga, ensinava latim, português, espanhol, tupi e religião. Anchieta é ainda um excelente exemplo do ambiente letrado colonial: religioso, sem dúvida, mas multilíngue. Anchieta falava e escrevia com facilidade e fluência em quatro línguas (NAVARRO, 2014).

Este multilinguismo do Brasil é outra das características pouco comentadas do período colonial; afinal, a literatura pátria dos românticos não poderia ser escrita em outra língua que não a hegemônica língua portuguesa. Mas as cartas de Anchieta vêm escritas em português, espanhol e latim, de acordo com a função e o destinatário. Ele compôs também o que hoje chamaríamos mais de literatura: hinos, cânticos religiosos, diálogos, mistérios, autos e um poema épico sobre a fundação do Rio de Janeiro, o *De Gestis Mendis de Saa*. No entanto, tanto este poema, um épico ao estilo virgiliano, como a importante história da Companhia de Jesus no Brasil (*Brasilica Societatis Historia et vita clarorum patrum qui in Brasilia vixerunt*), porque escritas em latim, em geral não são contadas como parte de sua obra de literatura brasileira.

---

<sup>2</sup> Sobre o ensino jesuítico no Brasil, cf. Shigunov Neto e Maciel (2008).

Sem dúvida Anchieta é um homem digno de memória. Ao invés de crer, porém, que Anchieta era uma estrela luminosa em meio a um céu escuro, sabemos que os padres católicos - e, um pouco depois, também os religiosos protestantes que vêm ao Brasil - eram homens letrados que, não só usavam livros que lhes eram remetidos da Europa, mas também os escreviam por sua própria conta, em várias línguas, como fazia o Padre Anchieta, talvez com mais arte e engenho que outros, cujos manuscritos não lograram a imortalidade. Como ele, havia muitos outros profundamente envolvidos com o ler e o escrever, de forma que é difícil de acreditar que não houvesse literatura produzida então - dependendo do conceito de literatura que se utilize, claro.

Neste primeiro período da vida na Colônia, em que se implantaram as primeiras práticas letradas, os centros religiosos eram o local em que se encontravam os homens de letras e onde essas letras eram passadas às novas gerações. Engana-se quem acha que bastava a eles ensinar os rudimentos do ler, escrever, contar e rezar; o curso primário foi implantado de imediato, e em breve surgiu um curso secundário sob a responsabilidade dos jesuítas, chamado “Curso Intermediário” ou das “Artes”, frequentado pelos filhos das melhores famílias da Colônia. Os que se formavam nesses cursos recebiam o grau de mestre em Artes, e aqueles com maior aptidão e recursos iam estudar Teologia e se dirigiam ao seminário (SANTOS SOBRINHO, 2013, p. 41-42). Esse esforço educativo e de inserção, não só na religião mas na cultura letrada europeia, dos gentios do Ocidente, não se dava de maneira aleatória: a Companhia tinha um plano geral de estudos, a *Ratio Studiorum*, manual que estabelecia a organização e administração do sistema educacional e o currículo a ser seguido. A formação acadêmica do homem ocidental durante os séculos XVI e XVII era amplamente definida pelo projeto educacional jesuíta, que foi responsável, também, por instruir as camadas menos favorecidas da população europeia e pelo letramento dos indígenas (LEITE; CASTRO, 2015, p. 56). Após os primeiros momentos, em que a aritmética tinha espaço, o currículo era praticamente inteiro das Letras: leitura e escrita, na língua portuguesa e em latim. Os alunos deveriam ler e depois retrabalhar os temas, a partir dos preceitos retóricos de

Aristóteles e Cícero. Eles ouviam preleções e leitura em voz alta, bem como os discursos dos colegas e dos professores; sintetizavam textos lidos ou expandiam temas, nos sistemas de mote e glosa que eram comuns também na poesia.

Em suma, a vida entre os inacianos era essencialmente uma vida letrada, mesmo que não uma vida do impresso, e ainda que se possa dizer que há larga distância entre o que prescreve a *Ratio* e o que os padres tinham condições de fazer na Colônia, as muitas cartas daqueles mestres mostra que, ainda que faltassem recursos materiais e humanos, não faltavam textos: cito apenas uma, de 1584, em que Anchieta narra sobre a vinda do Padre Visitador ao Colégio, tendo sido recebido com alegria e entusiasmo, com o pronunciamento de três discursos pelos irmãos: “um na língua portuguesa; outro na brasílica; finalmente, outro, na latina” (*Cartas jesuíticas* III, XXXI).

Esse ambiente religioso letrado na Colônia acompanhava, como de se esperar, o campo literário europeu que, a partir do chamado Renascimento, voltou seus olhos aos preceitos da Retórica antiga. Esta não era para esses homens aquilo que viria a ser seu significado pejorativo anos mais tarde: algo ornamentado mas vazio de significado, a arte de enganar e persuadir para fins negativos. No Mundo Antigo, a Retórica é uma forma de organização da palavra, que serve para todos os fins. Isso significa dizer que, qualquer que fosse a intenção de um discurso (usado aqui o termo no sentido lato, de comunicação verbal, oral ou escrita), ele seria regido e organizado a partir da Retórica, porque esta era a arte de bem dizer. Ela não era uma camisa de força ou uma prisão, como fazem entender os que a ela se opõem um tanto mais tarde: ela era o acúmulo da experiência de homens mais doutos do passado que nos dizem como chegar melhor a um destino. A Retórica era tão acorrentadora quanto os preceitos dos diversos gêneros do discurso hoje. Eram porém preceitos diferentes dos que se tornarão valorizados a partir do século XIX. Esses elementos estão presentes na *Ratio Studiorum* como parte da pedagogia proposta pelos jesuítas: na leitura dos tratados de Retórica, na constante presença dos bons autores, pagãos ou cristãos, modelos para *imitatio*; no já mencionado processo de mote e glosa;

na composição literária enfim. Segundo Franca (1952, p. 82), o objetivo da educação humanista como desenhada pelos jesuítas era a eloquência, aqui entendida como a expressão verbal de forma adequada, latina, uma vez que a língua latina ainda era, naquele momento, o vínculo de unidade da civilização europeia e de transmissão de cultura. Nos séculos XVII ao XVIII, o ensino das Humanidades pretendia

tornar o homem mais humano, na medida em que lhe proporcionava ser mais educado [...] A ideia era formar o homem pelo desenvolvimento harmonioso de suas faculdades, sendo a linguagem o melhor instrumento. Sabendo expressar-se, o homem sentir-se-ia estimulado a pensar, a articular melhor as suas ideias. No caso do futuro sacerdote, estaria mais bem preparado para o trabalho missionário e catequético (BARRETO; NASCIMENTO; SALES, 2013).

Os portugueses, e especialmente os jesuítas, levaram este *modus docendi* para toda parte em que foram e lá fomentaram o amor aos livros e a produção de obras. Antônio de Nóbrega, em carta de 15 de abril de 1549, pediu remessa de livros, os quais ele recebeu em 6 de janeiro de 1550. Há ainda muitos outros registros de solicitação de obras, como a carta de 25 de abril de 1553, do padre Cipriano Suárez, sobre a missão evangelizadora no Brasil, em que solicita diretamente ao fundador da Ordem, padre Ignácio de Loyola, que lhe enviasse livros (ARAÚJO, 1999, p. 24).

Desse modo, em fins do século XVI, existiam bibliotecas jesuíticas no Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Araújo ainda informa que no ano da expulsão dos jesuítas da Península Ibérica e de suas colônias, 1759, a biblioteca da Companhia no Brasil “[...] era da ordem de 15 mil volumes”, destacando a “[...] poderosa influência no comportamento do leitor brasileiro”. O que vale a pena notar é que, para além das esperadas cartilhas, livros de devoção, práticas de sermonários e catecismos teológicos, eles tinham várias obras de literatura clássica, alguns deles censurados pelo *Index*, como Virgílio, Cícero, Horácio, Ovídio, Sêneca, Aristóteles, Platão, Demóstenes, Homero, Hesíodo e Píndaro (ARAÚJO, 1999, p. 34-37). Ou seja, apesar das proibições

impostas por autoridades políticas e eclesiásticas à entrada de livros no Brasil, e apesar da ausência de gráficas na Colônia e do alto preço das obras, não houve impedimento da chegada de livros ao outro lado do Atlântico, nem na América Lusitana, nem na América Espanhola. Américo Castro registrou que, em 1600, o México recebeu quase mil volumes, sobre os mais diversos assuntos: livros de Copérnico, Telésio, Erasmo, clássicos gregos, além de toda a Física e Matemática europeias (CASTRO, *apud* FRIEIRO, 1981, p. 19). No Brasil do século XVIII, a Inquisição confiscou as bibliotecas particulares dos inconfidentes Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, do Coronel José de Resende Costa e do Cônego Luís Vieira da Silva, também contados às centenas. Dependendo do período, os brasileiros leram latim, português, francês, mesmo livros oficialmente proibidos, em especial quando em língua estrangeira.

No entanto, não eram somente os livros e impressos que circulavam entre os estudantes e letrados. Havia um “submundo” da literatura ilustrada, pois “[...] mesmo sem imprensa na Colônia, as ideias circulavam em panfletos e cópias manuscritas, em cadernos de notas, em textos embarcados clandestinamente e vendidos aos interessados” (HILSDORF, 2003, p. 31). Segundo Ventura (1990), a circulação das ideias “afrancesadas” ultrapassava o âmbito das elites que podiam pagar por impressos, pois foram encontrados cadernos com cópias manuscritas de autores franceses proibidos, como Rousseau, entre os participantes da Inconfidência Baiana de 1798. É interessante observar portanto que os números de circulação de obras no Brasil em geral são computados a partir da produção de material impresso, e, portanto, ignorando o que circulava de forma manuscrita.

Então, a pergunta que surge é: onde estão essas obras? Muitas, talvez a maioria, já nos são inacessíveis, desaparecidas com a corrupção dos suportes materiais que as continham. Muitas delas, criadas para uso cotidiano, circulando apenas entre grupos reduzidos, rapidamente foram engolidas pelo tempo, como os muitos autos em tupi que sabemos foram escritos para a catequização dos nativos. Outra parte, porém, sobreviveu em manuscritos: alguns são partes de

cartas, vieram como apêndices ou anexos a elas, e estão guardadas nos arquivos. Outras, avulsas, também não encontraram o caminho do impresso, e estão adormecidas nas bibliotecas, aguardando quem as encontre. Outras ainda chegaram ao impresso, mas também se escondem, empoeiradas, em prateleiras pouco visitadas. Este quadro pode parecer desanimador, por um lado, ou irreal, por outro. Se estão tão bem escondidas, como encontrá-las? Se são encontráveis, por que não as conhecemos? Bastam alguns exemplos para esclarecer esses dados.

Há, como já exposto, obras que sobreviveram como parte de cartas ou outras obras menos privilegiadas. Encontramos recentemente um trecho assim, em carta de Anchieta endereçada a Claudio Acquaviva, Superior Geral da Companhia de Jesus. Na carta, Anchieta se solidariza com Acquaviva, que estava em luto pela morte de uma mulher. Anchieta faz uma eulogia, escrita em português, que acrescenta à carta, escrita em latim. Muitas destas obras têm sua literariedade negada, não só a partir de seus pressupostos, como comentamos antes, mas de seu lugar em meio a texto considerado não-literário. Aguarda-se uma recolha de textos deste tipo, que aumentariam sua visibilidade. Sabemos, por colegas de pesquisa, que há este tipo de obra também em outras literaturas coloniais, como no Japão, mas mesmo considerando o que não está nessas condições, a maior parte da obra de Anchieta só foi recolhida nos séculos XIX e XX, como a famosa “Carta da Companhia”, que só foi extraída de manuscrito e publicada em 1863.

Há ainda um segundo grupo, das obras manuscritas que só encontram o caminho do impresso muito mais tarde. Estas obras às vezes têm sorte e encontram um pesquisador que as acolha e faça sua edição. Cito como exemplo dessas as chamadas obras menores de Basílio da Gama. Este autor, que nasceu no Brasil, morreu em Portugal e passou a vida inteira entre um e outro, é mais conhecido por uma obra, *O Uruguai*, épico que trata das missões. Esta obra e seu nome costumam ser citados de passagem nas histórias da literatura brasileira. No entanto, Basílio, homem de prestígio em sua época, escreveu muito mais que

*O Uruguai*. Parte de sua obra, porém, circulou apenas em manuscrito e ainda se encontra inédita: em 1973, Fernando da Rocha Peres encontrou por acaso um soneto desconhecido do autor, em manuscrito na Biblioteca Nacional de Portugal; Alexandra de Brito Mariano defendeu em 2005 tese de doutoramento em que discutiu poema didático do autor sobre as minas de ouro do Brasil; começou a ser publicada em 2017 a obra completa de Basílio da Gama, recuperando uma série de textos inéditos em impresso. Como ele, outros, cujo nome conhecemos agora porque, em algum momento dos últimos dois séculos, seus nomes foram resgatados “da lata de lixo da história literária”, como diz Flora Süssekind (SÜSSEKIND; VALENÇA, 1983) sobre um deles, Joaquim José da Silva, o Sapateiro Silva, que teria vivido na segunda metade do século XVIII. Suas obras, esparsas, são recolhidas em antologias diversas, e se dividem em sonetos e glosas.

Além desses, há outros, em um terceiro grupo, o daquelas obras que lograram a impressão no início de suas vidas, mas cujo interesse se esvaneceu e também não têm mais circulação, como a de Manuel Botelho de Oliveira, *Música do Parnaso*, coletânea “dividida em quatro coros de rimas portuguesas, castelhanas, italianas e latinas”, na qual se alinham formas novas, como sonetos e madrigais, permeados, entretanto, de elementos clássicos. Estas obras impressas mas esquecidas nas prateleiras das bibliotecas aguardam pacientemente novos leitores, que só podem ser encontrados quando novas edições são feitas, como é o caso de Manuel Botelho e Oliveira, que foi objeto de renovado interesse mais recentemente (2005a; 2005b). Uma olhada no catálogo da Biblioteca Nacional brasileira, de manuscritos e de impressos, faz ver a riqueza de produção brasileira, sim, ainda que muitas vezes impressa na Europa. Tem a Biblioteca Nacional, em levantamento realizado acerca da sua seção de obras raras: uma primeira edição da *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, publicada em 1601 em Lisboa; uma obra chamada “Restauração da Bahia” em 132 oitavas, de autor anônimo; de Diogo Gomes Carneiro, natural do Rio de Janeiro, “Oração apodíxica aos sismados da pátria”, oração conclamando os brasileiros a se posicionarem junto a D. João IV, publicado em Lisboa em 1641;

poema com 30 quadras de José de Sousa Monteiro, [s.d.], séc. XVIII; uma coleção de epigramas do frei André da Piedade, que viveu no Pará no século XVIII; sonetos de Domingos Ramos (Lisboa, 1709); vários poemas de Sebastião da Rocha Pita, mais conhecido por sua obra como historiador; sonetos, epigramas e elegias em português e em latim do fr. Francisco Xavier de Santa Teresa, nascido na Bahia em 1686; poema festivo de João de Brito e Lima (1671-1747) além de uma série de sermões e discursos feitos no Brasil e/ou por brasileiros para os mais diversos fins nas mais diversas ocasiões. Estas obras impressas eram, como mostra Villalta (1999) através da análise de testamentos, inventários e outros documentos oficiais, em sua maioria, pertencentes, se não a religiosos, a militares, proprietários de terras e profissionais liberais (advogados, médicos e boticários, em sua maioria) que, tendo estudado em Portugal, ou ao menos visitado a metrópole, haviam adquirido o contato com o livro impresso como parte de suas ocupações. Há uma quantidade bastante diminuta (mas há) de mulheres que possuíam livros. Estes eram os livros que se liam em leitura silenciosa, nos gabinetes ou aposentos íntimos das casas.

A esta altura, podemos nos perguntar por que ainda se faz necessária esta defesa da literatura colonial. Para responder a esta pergunta, vejamos como a literatura colonial é representada em artigo de 2014, de Ramon Ferreira Santana. Logo na abertura do texto, o autor compara o ensino jesuítico com aquele que vai se instaurar a partir da reforma pombalina, ocorrida entre 1750-1777, que usou o *Verdadeiro método de estudar*, de Verney, como manual. Diz o autor:

Tomando como base os moldes criados por Platão, Aristóteles e Horácio, o ensino jesuítico preocupou-se exclusivamente na reprodução de tratados, conceitos e regras de composição que forneciam ferramentas para a leitura e para a compreensão de obras clássicas. Com a reforma, deixou de ser uma prioridade a memorização de tais regras ou mesmo de obras, tendo em vista que agora na República, para Verney, a poesia não é coisa mais necessária (SANTANA, 2014, p. 1).

É assim que em geral os estudos pós-romantismo encaram a Retórica: como um amontoado de regras a serem *memorizadas* para compreensão dos clássicos; se hoje assim parecem, sabemos que, naquele momento, aquelas regras regiam toda a composição contemporânea. A memorização de regras e obras - se por memorização de entende o contato constante e o estudo permanente - não era coisa obsoleta e vazia: era parte essencial do processo de *imitatio* e *aemulatio*. O homem que não conseguisse perceber em sua leitura os ecos de obra anterior estaria aliado do processo civilizatório, e era isso que o ensino jesuítico buscava fazer: inserir o homem naquela civilização. Para Verney, segundo o autor, poesia não é mais coisa necessária. Concordamos?

Mais adiante, o autor do artigo, ao falar da obra *Curso elementar de literatura nacional*, de autoria do cônego Joaquim Pinheiro, publicada em 1862, afirma que:

Na prática, a obra não trata propriamente da literatura nacional tal como propõe o seu título, mas de uma **história da literatura que está intrinsecamente ligada à história da literatura portuguesa**, até porque não havia ainda em nosso território **nenhuma manifestação literária genuinamente nacional que se destacasse**, senão aquelas trazidas de além-mar e aqui degustadas por uma sociedade que, mesmo vivendo em solo independente, estava profundamente arraigada na cultura europeia (SANTANA, 2014, p. 2, grifo nosso).

O fato é que esta sociedade não estava vivendo em solo independente, e nem queria estar na maior parte do tempo. A literatura brasileira, naquele momento, é idêntica à portuguesa, e à de outras partes da Europa. A questão é como se define o rótulo; o problema é esperar dos autores da Colônia e do campo literário da Colônia que eles se comportem como se vivessem sob o Romantismo. Ainda adiante, lemos que

[...] a Gramática medieval utilizada pelos jesuítas no processo de catequização e educação dos povos colonizados, diferentemente da sua concepção grega aristotélica, interessada na arte de ler e escrever, era principalmente voltada, através do próprio uso do Latim, para o **estudo dessa língua já morta e seus cantos religiosos**. Logo, é perceptível que esta Gramática em quase nada

se referia a qualquer estudo sistematizado da literatura (SANTANA, 2014, p. 3, grifo nosso).

No entanto, uma simples consulta à *Ratio Studiorum* mostra que os jesuítas estavam principalmente preocupados com a leitura e a escrita. O trecho não esconde o profundo desconhecimento do autor acerca do mundo intelectual europeu da época. Se por língua já morta entende-se língua sem falantes nativos, não paira qualquer dúvida sobre a nomenclatura; no entanto, isso não significa língua não usada. Lembremos de novo que todas as cartas à Europa escritas pelos padres no Brasil e em outras partes do mundo deveriam ser exaradas em Latim; lembremos que na Europa, os textos que precisavam ser enviados a outros países eram escritos na língua que toda a Europa letrada sabia ler. Descartes e Spinoza, Galileu e Copérnico, Erasmo e Thomas More, para citar apenas alguns de diversas áreas do conhecimento escreveram seus textos naquele idioma. Ao ensiná-lo, os jesuítas inseriam o aluno no mundo daqueles homens. Por outro lado, como vimos, eles também ensinavam a língua pátria - quer se considere o português ou o tupi como a língua daquela terra. Também não parece necessário lembrar que os alunos dos jesuítas tinham um programa de literatura clássica extensíssimo a cobrir, que não eram cantos religiosos, mas sim Cícero, Virgílio e Horácio, por exemplo, além da filosofia da Igreja, a não ser que o autor esteja chamando Santo Agostinho de canto religioso.

Eis a principal razão, em nossa opinião, do pouco interesse no estudo dos autores do período colonial: o desconhecimento das formas de escrever naquela época; a tentativa de dobrar aquelas obras ao padrão de quem as olha muitos séculos depois. Quanto mais difícil de encaixar no que se espera da literatura após o Romantismo, menos se dá valor. Assim, Tomás Antônio Gonzaga, para citar um, cujas líras de amor de alguma forma falaram ao Romantismo; cuja participação na Inconfidência Mineira o alçou a herói da pátria pré-figurada, encontrou cedo seu espaço; enquanto um pobre Sapateiro, cujas rimas usam o sistema mote-glosa e respeitam algo da retórica epidítica, na chave vituperiosa, teve que aguardar a ascensão de Gregório de Matos para começar a ser lido, timidamente.

É preciso retomar esses textos em seu lugar, respeitando a historicidade dos conceitos de autor, obra e público. Naquelas obras, a forma do eu da enunciação e dos destinatários não é psicologicamente expressiva, como a da subjetividade moderna, mas retórica, inventada pela aplicação de fórmulas adequadas como figuração de paixões e caracteres de tipos hierarquizados. É preciso também entender que havia, naquele momento, um sistema intelectual plenamente conformado, ao qual esses textos pertenciam; um sistema literário ou intelectual que não era o brasileiro (como o historicismo literário do século XIX forjou) - e, sim, o sistema literário europeu - e isso não é demeritório, nem faz as obras melhores ou piores. É um fato: além daqueles escritores serem leais súditos da Coroa e integrantes da “casta” de *scholares* que mantinham a máquina estamental, era em Portugal que suas obras eram impressas e lidas. Basta lembrarmos a *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, publicada em Portugal em 1601, numa edição de um milheiro, mas que nunca circulou na Colônia (MELLO, 1969, p. vii-xi). E não podia ser diferente, já que Bento Teixeira, assim como António Vieira e João de Brito Lima, se sentiam lusitanos e partícipes da sua vida intelectual, o mesmo ocorrendo com Diogo do Couto, Bento de Góes, António de Andrade e Fernão Álvares do Oriente, que escreveram, desde a Índia e a China, sobre o mundo que o português vinha criando, mas que tinham consciência de que pertenciam a um dado sistema intelectual - o português - e que era nesse dado sistema que estava o seu público leitor (VIEIRA, 2016, p. 402).

Entre esses conta-se também um texto desconhecido dos leitores brasileiros, e que gerou nosso interesse pela literatura colonial: uma obra de um jesuíta italiano, acerca das viagens portuguesas ao redor do mundo, e que, em seu segundo livro, descreve a viagem de Pedro Álvares Cabral e sua chegada ao Brasil: os *Historiarum Indicarum Libri XVI*, de Giovanni Pietro Maffei. Uma obra em latim sobre o Brasil, escrita no século XVI, um texto que não tem tradução para o português, não é lido ou usado como fonte nem pelos que se interessam pela literatura, nem mesmo pelos que estudam História do Brasil. Assim como

Maffei e suas Histórias das Índias, outras obras, em especial as não escritas em língua portuguesa, aguardam pacientemente uma redescoberta; muitos outros que, em virtude da forma como a literatura brasileira foi formada e entendida, ficaram de fora dos manuais, das antologias, do círculo de conhecimento dos estudiosos da literatura brasileira. É preciso discutir por que razão obras escritas no Brasil e sobre o Brasil, porque exaradas em línguas outras, que não a portuguesa, não encontram espaço entre os estudiosos de literatura brasileira - e se minha reflexão se faz sobre o latim, o que dizer das línguas indígenas e das línguas de imigração?

O que há hoje a ser feito portanto é um longo trabalho, já iniciado por alguns dos pesquisadores aqui citados, como João Adolfo Hansen, Marcello Moreira, Anco Márcio Tenório Vieira, David Ferreira Severo e Eduardo Sinqueviske, de recuperar essas obras de seus lugares de repouso: os manuscritos, os códices, as antologias dos séculos XVIII e XIX, em língua portuguesa, latina, espanhola ou qualquer outra; e dar a elas nova reflexão, novo fôlego e, principalmente, uma chance de serem lidas pelo que são, com consciência de seu lugar histórico, e com conhecimento dos protocolos de leitura daquele momento.

## Referências

- ARAÚJO, José de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus: Eduesc, 1999.
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; SALES, Tâmara Regina Reis. Sobre a circulação de livros e a leitura na colônia brasileira. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, Sevilla, año 15, n. 30, p. 45-61, 2. sem. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Resumo para principiantes [1992]. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* [1959]. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CARTAS jesuíticas III. Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta S.J. (1554-1594). Publicações da Academia Brasileira. Notas de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.
- COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- COUTINHO, Fernanda Maria Abreu. Pierre Bourdieu e a gênese do campo literário. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 1, n. 25, p. 53-59, jan./dez. 2003.
- EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- ENGELSING, Eduardo Marcant. Latim, biquíni e sinfonia discordante: línguas clássicas e metodologia de ensino. *Organon*, Porto Alegre, v. 29, n. 56, p. 90-121, jan./jun. 2014.
- FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas: O "Ratio Studiorum"*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1981.
- HANSEN, João Adolfo. Autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra. *Journal of Lusophone Studies*, Stanford, v. 12, p. 91-117, 2014.
- HANSEN, João Adolfo. Anatomia da sátira. In: VIEIRA, Brunno V. G.; THAMOS, Márcio. *Permanência clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras, 2011.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- LEITE, Leni Ribeiro; CASTRO, Marihá Barbosa e. O ensino de Língua Latina no Brasil: percurso e perspectivas. *Classica*, São Paulo, v. 27, p. 53-77, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de A. Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARIANO, Alexandra de Brito. As minas de ouro das Américas, novos espaços para a imaginação científica. In: OLIVEIRA, Francisco de; TEIXEIRA, Cláudia; DIAS, Paula Barata (Coord.). *Espaços e paisagens. Antiguidade Clássica e heranças. Línguas e Literaturas. Idade Média. Renascimento. Recepção*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. v. II, p. 395-404.

MOREIRA, Marcello. *Critica textualis in caelum revocata?* Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

NAVARRO, Eduardo. *Vida e obra de José de Anchieta*. Cursos de tupi antigo e língua geral (Nheengatu). 2014. Disponível em: <<http://tupi.fflch.usp.br/node/36>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

OLIVEIRA, Manoel Botelho de. *Música do Parnaso*. Organização e estudo crítico por Ivan Teixeira. São Paulo: Ateliê, 2005a.

OLIVEIRA, Manoel Botelho de. *Poesia completa: Música do Parnaso*. Lira sacra. Introdução, organização e fixação de texto de Adma Muhana. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

PERES, Fernando da Rocha. Um inédito de Basílio da Gama. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 10, n. 2, p. 241-246, Winter 1973.

SALLES, Catherine. *Lire à Rome*. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

SANTANA, Ramon Ferreira. O percurso das Letras: o ensino de literatura no Brasil colonial. In: ANAIS do Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Aracaju, 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/25230623/O\\_PERCURSO\\_DAS\\_LETRAS\\_O\\_ensino\\_de\\_literatura\\_no\\_Brasil\\_colonial\\_2014\\_](https://www.academia.edu/25230623/O_PERCURSO_DAS_LETRAS_O_ensino_de_literatura_no_Brasil_colonial_2014_)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SANTOS SOBRINHO, José Amarante. *Dois tempos da cultura escrita em Latim no Brasil: tempo da conservação e tempo da produção*. Discursos, práticas, representações, proposta metodológicas. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SÜSSEKIND, Flora; VALENÇA, Raquel Teixeira. *O Sapateiro Silva*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

TOURNOY, Gilbert; TUNBERG, Terence. On the Margins of Latinity? Neo-Latin and the Vernacular Languages. *Humanistica Lovaniensia*, Leuven, v. 45, p. 134-175, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23973943>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *Florilegio da poesia brasileira, ou, Collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um Ensaio historico sòbre as lettras no Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. t. I.

VENTURA, Roberto. Leituras do Abade Raynal na América Latina. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A Revolução Francesa e o seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1990. p. 165-179.

VERBAAL, Wim; MAES, Yanick; PAPY, Jan. *Latinitas Perennis: The Continuity of Latin Literature*. Leiden: Brill, 2007. v. 1.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. Sistema e sistemas na literatura “colonial”. *Remate de Males*, Campinas, v. 2, n. 36, p. 381-411, jul./dez. 2016.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Recebido em: 2 de agosto de 2018.  
Aprovado em: 26 de novembro de 2018.